



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO O TRABALHO NÃO PAGO DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS E A
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CUIDADOS**

**Desigualdade de gênero e estratégias cotidianas de resistência
em Londrina: uma análise a partir de entrevistas com mulheres
chefes de família em ocupações urbanas**

Maria Isabela Costa Moreira¹
Ana Patrícia Pires Nalesso²

Resumo: Este artigo considera que a condição das mulheres é marcada pela desigualdade material e pela resistência. Assim, o objetivo é analisar as estratégias de resistência de mulheres, beneficiárias do Bolsa Família, residentes em ocupações de Londrina, frente às condições que atravessam suas vidas. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário com 16 mulheres. As respostas foram sistematizadas e analisadas a partir da resistência cotidiana. Os resultados indicam que a renda das entrevistadas é insuficiente para assegurar vida digna, não tem inserção formal do trabalho, mas resistem por redes de apoio que são necessários para a sobrevivência.

Palavras-chave: Resistência; Mulheres; Desigualdade Social.

Abstract: This article argues that women's condition is marked by material inequality and everyday resistance. Its objective is to analyze the resistance strategies adopted by women beneficiaries of the Bolsa Família Program who reside in urban occupations in Londrina, in response to the conditions that shape their lives. The research was conducted through the application of a questionnaire to 16 women. The responses were systematized and analyzed through the lens of everyday resistance. The findings indicate that the interviewees' income is insufficient to ensure a dignified standard of living and that they lack formal labor market insertion. Nevertheless, they resist through support networks, which are essential for their survival.

Keywords: Resistance; Women; Social Inequality.

INTRODUÇÃO

A condição das mulheres no capitalismo brasileiro revela uma contradição estrutural. Se por um lado, elas são parte necessária da reprodução da força de trabalho e, muitas vezes responsáveis pelo sustento da família, de outro, enfrentam desvalorização, invisibilidade e desigualdade material, social e afetiva. Segundo o Censo 2022 do IBGE (2022), o Brasil contabiliza cerca de 104 milhões de mulheres, o que representa 51,5% da população total, mais da metade delas são responsáveis e chefes do domicílio em que vivem. Isso indica que discutir a condição feminina exige considerar não apenas sua presença majoritária na população, mas também as desigualdades internas que estruturam sua trajetória social.

Nesse contexto, a pobreza no Brasil tem se feminizado, recaindo sobre as mulheres a responsabilidade de garantir viver em condições de precariedade, o que se expressa tanto no

¹ Estagiária da Companhia Municipal de Habitação de Londrina (COHAB-LD), estudante de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), isabela.costam@uel.br;

² Professora do Programa de Pós Graduação de Serviço Social (PPGSER) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apatriciapn@uel.br



sobrecarregamento com o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado quanto na inserção precária no mercado de trabalho. Diante desse quadro, é imperativo pontuar que a história das mulheres é marcada por lutas e conquistas que trouxeram melhorias significativas para a vida das mulheres; neste trabalho, busca-se identificar processos que, para além da organização e das conquistas formais, permitam compreender as resistências cotidianas, muitas vezes silenciosas, que cada mulher desenvolve em seu cotidiano.

Sem dúvida, o cotidiano de muitas mulheres trabalhadoras é marcado pela precariedade e pela responsabilização unilateral, o que exige estratégias de sobrevivência que configuram formas concretas de resistência inscritas nas práticas diárias de organização da vida, no manejo dos recursos escassos, na constituição de redes de apoio e na criação de mediações que permitem sustentar a existência diante das condições materiais adversas. Importante demarcar que o cotidiano, muitas vezes compreendido apenas como repetição ou alienação, apresenta-se também, como espaço contraditório. Nele se reproduzem as condições objetivas da dominação capitalista, mas também emergem práticas silenciosas de recusa e enfrentamento. Longe de significar mera adaptação, o cotidiano torna-se campo de disputa, no qual os sujeitos subalternizados elaboram formas fragmentadas, porém enraizadas socialmente, de resistência (Netto; Carvalho, 2012; Scott, 2002).

Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar as estratégias de resistência de mulheres chefes de família, beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes em ocupações urbanas de Londrina, frente às condições de desigualdade que atravessam suas vidas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa a partir da prática de campo em que foi realizado a aplicação de questionário socioeconômico com 16 mulheres chefes de família, residentes em ocupações urbanas de Londrina. Esse conjunto de ações se inseriram no projeto de extensão *Gênero e Religião: uma relação conflituosa*, aprovado pelo Comitê de Ética da *Universidade Estadual de Londrina*, do qual as autoras foram membras. O questionário apresentou perguntas abertas e fechadas que abordavam renda, moradia, escolaridade, trabalho, religiosidade, redes de apoio, dificuldades cotidianas e desejos. A partir desses questionários, as respostas foram sistematizadas em planilhas e em gráficos, visando organizar as informações, para serem submetidas à análise, a partir de categorias de reprodução social, desproteção e resistência cotidiana. O recorte escolhido, foi delimitado a partir do entendimento que essas condições de vida em ocupações irregulares se inserem em contexto de precariedade, exigindo estratégias de resistência para manter a vida, e o número da amostra se deu de forma simples, no qual mulheres das ocupações foram convidadas e participou quem se disponibilizou para a pesquisa.

Os resultados mostram que, mesmo entre aquelas que concluíram o ensino médio, não houve inserção no trabalho formal das entrevistadas, sendo o *Bolsa Família* a principal fonte de renda, retratando a permanência da informalidade, da intermitência de rendimentos e da dependência de políticas sociais. E que diante da insuficiência da renda mensal, as entrevistadas recorrem de forma recorrente ao *Centro de Referência de Assistência Social* para acesso a benefícios eventuais, às igrejas para obtenção de alimentos e a familiares e vizinhos como apoio material.



O artigo é segmentado em três partes: na primeira, discute-se a relação entre pobreza, gênero e reprodução social; em seguida, analisa-se o papel do *Programa Bolsa Família* e sua relevância para as mulheres; por fim, apresentam-se e problematiza-se os resultados empíricos da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Pobreza, gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil.

A análise da pobreza no Brasil exige considerar suas múltiplas determinações, entre as quais se destaca a forma como as relações de gênero organizam desigualmente a reprodução da vida. A desigualdade não incide de maneira homogênea sobre a classe trabalhadora, mas se distribui segundo hierarquias historicamente constituídas que condicionam o trabalho, a família e o acesso aos meios de subsistência. (Federici, 2017). Quando condicionada pelo gênero, a pobreza assume um caráter ampliado, pois recai sobre as mulheres a dupla exigência de garantir a subsistência e administrar a vida doméstica. Como afirma o *Conselho Regional de Serviço Social* do Rio de Janeiro, a pobreza vivida pelas mulheres não é idêntica à pobreza vivida pelos homens, uma vez sobre elas recai também o peso da reprodução da vida e do cuidado (CRESS-RJ, 2016, p. 12). Dessa forma, essas diferenciações não decorrem de questões individuais, mas se insere na forma histórica de organização do trabalho nas sociedades capitalistas, na qual a divisão entre produção e reprodução estrutura posições desiguais entre homens e mulheres. Como problematiza Federici (2017), nas relações capitalistas a relação de gênero adquire centralidade porque o próprio processo de constituição do capitalismo implicou uma reorganização histórica do trabalho, da família e da posição social das mulheres. A diferenciação material da pobreza entre homens e mulheres se vincula a essa reorganização, que redefiniu as posições no interior da classe trabalhadora. Tal processo teve início ainda na chamada acumulação primitiva, caracterizada, segundo a autora, como uma acumulação de diferenças e divisões internas à própria classe. Entre essas divisões, a de gênero assumiu lugar estruturante, ao instituir a separação entre produção e reprodução e ao redefinir o trabalho feminino como trabalho não remunerado, o que alterou a posição das mulheres na sociedade e integrou a divisão sexual do trabalho à própria forma de organização da economia capitalista (Federici, 2017).

Essa reorganização significou a transformação do trabalho doméstico em atividade naturalizada, desvinculada do reconhecimento como trabalho socialmente necessário. Ao retirar esse trabalho da esfera da remuneração direta, o sistema passou a garantir a reprodução da força de trabalho sem incorporar integralmente seus custos à produção mercantil. Ou seja, com o advento do capitalismo, o trabalho reprodutivo das mulheres foi desvalorizado e privatizado, retirando esse trabalho da esfera da remuneração direta, o capital passou a garantir a reprodução da força de trabalho sem incorporar integralmente seus custos à produção mercantil (Federici, 2017).

Essa reorganização do trabalho reprodutivo no capitalismo não surge em um vazio histórico. Engels (2015), ao analisar a origem da família monogâmica, sustenta que a subordinação



feminina se vincula ao surgimento da propriedade privada e à necessidade de assegurar a transmissão patrimonial por meio da linhagem paterna. Essa derrota histórica do sexo feminino ocorreu com a consolidação da família monogâmica e da herança patrilinear, momento em que o controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres passou a integrar a organização econômica da sociedade. A família deixou de ser apenas uma forma de convivência e passa a desempenhar função na garantia da propriedade e da sucessão. Isso permite compreender que a divisão entre produção e reprodução possui raízes materiais anteriores ao capitalismo industrial, mas é reconfigurada por ele, no qual a separação entre esfera pública e esfera doméstica, já associada à consolidação da propriedade privada, aprofunda-se na sociedade capitalista, com o trabalho produtivo assumir centralidade econômica e o trabalho doméstico permanecer invisibilizado.

Ao discutir a formação da família moderna, Federici (2017) destaca que a maternidade foi convertida em obrigação social e que a sexualidade feminina passou a ser rigidamente regulamentada, com a mulher sendo transformada em máquina de reprodução da força de trabalho. A responsabilidade pelo cuidado, pela alimentação, pela socialização inicial das crianças e pela gestão cotidiana da subsistência é deslocada para as mulheres, permitindo que a remuneração do trabalho assalariado permaneça abaixo do valor necessário à reprodução ampliada da vida. Essa formulação indica que a reprodução biológica não era vista apenas como fato privado, mas como dimensão vinculada à continuidade do sistema econômico. A desigualdade de gênero não constitui, portanto, um elemento externo à economia capitalista, mas integra sua forma de organização, ao reduzir custos e estruturar hierarquias internas à classe trabalhadora.

No Brasil contemporâneo, essa estrutura histórica se materializa na forma da feminização da pobreza. Nos últimos anos, o quadro de precarização foi agravado pela retração de direitos sociais após 2016, processo problematizado por Boschetti (2018) ao analisar o desmonte do Sistema de Seguridade Social, pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e pelo avanço da informalidade no mercado de trabalho (IPEA, 2022). O resultado foi o retorno do país ao Mapa da Fome em 2022, segundo a FAO (2022), com milhões de famílias em insegurança alimentar grave. Em 2025, com a reestruturação de programas sociais e a retomada de investimentos públicos, o Brasil voltou a sair desse indicador, mas, como adverte Souza (2023), a desigualdade estrutural permanece, sobretudo para as mulheres pobres. Conforme relatório da Oxfam Brasil (2024), as mulheres seguem concentrando a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado não remunerado. Dos aproximadamente 67 milhões de trabalhadores domésticos existentes no mundo, 80% são mulheres. No Brasil, 14,5% das mulheres inseridas no mercado de trabalho estão no trabalho doméstico, enquanto essa proporção entre os homens é de apenas 1%.

Essa concentração feminina em ocupações de baixa remuneração, associada à responsabilidade majoritária pelo cuidado, intensifica as condições materiais de vulnerabilidade e evidencia como a divisão sexual do trabalho opera na produção e reprodução da pobreza. No município de Londrina, a condição estrutural da desigualdade de gênero também se manifesta



nos perfis demográficos e de composição dos domicílios. Dados preliminares do Censo Demográfico 2022 indicam que as mulheres representam 53,01 % da população total de Londrina, superando em número os homens e evidenciando uma presença feminina majoritária na dinâmica populacional local. Entre os 247.057 domicílios existentes no município, 209.572 estão ocupados e 37.747 são ocupados ocasionalmente, o que sinaliza variações nas formas de arranjos familiares e residenciais. Em âmbito nacional, o Censo 2022 mostra que 49,1 % dos domicílios brasileiros têm mulheres como responsáveis, sugerindo que a presença feminina à frente das unidades de moradia não é um fenômeno isolado, mas parte de uma tendência mais ampla que se expressa também no recorte local.

A discussão desses processos exige retomar o conceito de pobreza no Brasil, o qual não pode ser reduzida a uma medida de renda insuficiente, pois se inscreve na forma histórica de organização da produção e da reprodução social. As desigualdades de gênero observadas, tanto no plano nacional quanto no recorte de Londrina, não constituem fenômenos isolados, mas se articulam às determinações mais amplas de uma formação social dependente e periférica. De maneira que a precarização do trabalho, a transferência dos custos da reprodução para o espaço doméstico e a responsabilização feminina pelo cuidado integram um padrão de reprodução da classe trabalhadora sob condições restritivas. Assim, a pobreza se configura como expressão da forma como o capitalismo organiza o acesso aos meios de subsistência e distribui desigualmente os encargos da reprodução da vida.

Esse cenário, ainda é agravado condição estrutural da pobreza no Brasil se vincula à forma dependente de inserção do país no capitalismo mundial. Em que a formação social brasileira foi marcada pela especialização produtiva, pela concentração da terra e pela constituição de um mercado de trabalho estruturado por baixos salários e elevada informalidade. Esse padrão organizou a reprodução da classe trabalhadora sob limites estreitos de acesso à renda, à moradia e aos serviços públicos. A precariedade não constitui um desvio do funcionamento econômico, mas integra a forma pela qual o capital se reproduz em contextos periféricos, onde a compressão salarial e a instabilidade ocupacional operam como mecanismos recorrentes de ajuste. Nesse quadro, a pobreza se determina historicamente como resultado da combinação entre dependência externa, desigualdade interna e transferência sistemática de custos da reprodução para as famílias trabalhadoras.

A resistência, nesse contexto, não se configura como ruptura episódica nem como gesto isolado, mas como prática inscrita na rotina da reprodução da vida. Ela se materializa na administração dos recursos escassos, na organização do tempo entre trabalho remunerado e trabalho doméstico, na construção de redes comunitárias e familiares e na utilização de políticas sociais como mediações de sobrevivência. A apropriação de programas de transferência de renda, o compartilhamento de cuidados entre vizinhas, a articulação com igrejas e com equipamentos públicos de assistência constituem formas concretas de enfrentamento às condições impostas pela precarização estrutural. A pobreza, embora determinada por relações históricas de exploração e desigualdade, não produz passividade; ela organiza práticas de sustentação da



existência que se desenvolvem no interior das próprias limitações materiais. É nesse plano ordinário que se inscrevem as estratégias das mulheres entrevistadas, cuja ação cotidiana evidencia que a reprodução da vida envolve também disputa por condições mínimas de autonomia e permanência.

A análise desenvolvida evidencia que a pobreza no Brasil não pode ser compreendida dissociada da divisão sexual do trabalho e da forma histórica de organização da produção e da reprodução social. A constituição do capitalismo implicou a reorganização da família, da propriedade e do trabalho, integrando a subordinação feminina à própria estrutura econômica, como demonstram Engels (2015) e Federici (2017). No contexto brasileiro, marcado por inserção dependente no capitalismo mundial, precarização do trabalho e concentração de renda e terra, essa estrutura assume a forma da feminização da pobreza, materializada na sobrecarga do trabalho doméstico, na inserção ocupacional precária e na chefia feminina de domicílios, inclusive no recorte local de Londrina. A desigualdade de gênero, portanto, não constitui fenômeno residual, mas dimensão constitutiva da reprodução das relações de produção, operando na distribuição do tempo, da renda e das responsabilidades de cuidado. É nesse terreno que se inscrevem as práticas cotidianas de resistência das mulheres entrevistadas, cujas estratégias de sustentação da vida se desenvolvem no interior de condições estruturalmente restritivas. A partir dessa base, torna-se necessário examinar de que modo o Programa Bolsa Família se insere nesse quadro, analisando sua relevância para a manutenção material das famílias chefiadas por mulheres e, simultaneamente, suas contradições enquanto política focalizada que atua no interior das determinações estruturais aqui discutidas.

Política social focalizada e centralidade feminina: o Programa Bolsa Família no Brasil.

A busca por problematizar a desigualdade da divisão sexual do trabalho e as estratégias de resistência desenvolvidas no cotidiano por mulheres chefes de família, permite compreender que as condições de vida não decorrem de circunstâncias isoladas, mas de determinações estruturais condicionadas pela forma de organização do capitalismo brasileiro. Entretanto, essas determinações não se manifestam apenas no plano da estrutura econômica; se materializam também por meio das mediações institucionais que organizam o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida. Entre essas mediações, destacam-se as políticas sociais, especialmente os programas de transferência de renda, que incidem diretamente sobre o cotidiano das mulheres investigadas e integram o conjunto de condições a partir das quais suas estratégias de resistência se desenvolvem (Boschetti, 2018).

Nesse sentido, colocar em perspectiva o *Programa Bolsa Família* é necessário para o objetivo deste artigo, pois compreender a trajetória das políticas sociais no Brasil, a lógica de focalização que estrutura o Bolsa Família e a centralidade feminina na titularidade do benefício permite situar o programa como parte do arranjo que, simultaneamente, garante recursos indispensáveis à sobrevivência imediata e, por outro, acaba por reforçar a responsabilização das mulheres pelo cuidado. A compreensão do programa exige situá-lo no interior da trajetória histórica das políticas



sociais no Brasil, a qual ocorreu de forma tardia e restrita, vinculada inicialmente ao mercado formal de trabalho e organizada de maneira seletiva. Durante grande parte do século XX, o acesso a direitos sociais esteve condicionado à inserção no emprego formal, excluindo contingentes da classe trabalhadora, especialmente trabalhadores informais, desempregados e populações rurais e urbanas precarizadas, gestando um padrão fragmentado e produzindo uma política social incapaz de responder às necessidades (Boschetti, 2018).

A partir da década de 1990, com a adesão do Brasil às diretrizes do neoliberalismo, as políticas sociais passaram a ser progressivamente reorganizadas sob a lógica da focalização e da compensação da pobreza. Nesse contexto, a universalização de direitos foi substituída por programas direcionados aos segmentos considerados mais vulneráveis, com o objetivo de mitigar os efeitos mais agudos da desigualdade sem alterar suas determinações estruturais. Como analisa Boschetti (2018), esse movimento redefiniu o papel da política social, que passou a atuar prioritariamente como mecanismo de gestão da pobreza, e não como instrumento de garantia universal de direitos.

É nesse cenário que se insere a criação do *Programa Bolsa Família*, instituído em 2003, a partir da unificação de programas de transferência de renda existentes nos anos anteriores, como o *Bolsa Escola*, o *Bolsa Alimentação* e o *Auxílio Gás*. O *Bolsa Família* foi concebido como um programa de transferência monetária condicionada e de combate a fome, voltado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo como critérios centrais a renda per capita e o cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação (Brasil, 2024).

A centralidade da mulher como titular preferencial do benefício foi justificada pela compreensão de que elas assumem a gestão cotidiana da sobrevivência familiar. Nesse sentido, a centralidade das mulheres no programa pode ser analisada de forma contraditória, uma vez que mesmo tempo em que o benefício reconhece a posição das mulheres como responsáveis pela reprodução da vida familiar, ele reforça a responsabilização feminina pela gestão da escassez. Como aponta Sousa (2012), a feminização da pobreza se articula à assistencialização da questão social, deslocando para as mulheres pobres a tarefa de administrar recursos limitados em contextos de desproteção estrutural. Ao longo de sua trajetória, o programa passou por reformulações, mas manteve sua natureza focalizada e seletiva, tendo sido essencial para o enfrentamento imediato da fome e da insegurança alimentar. Conforme destaca Sousa (2012), a política de transferência de renda opera como complemento às estratégias de sobrevivência, exigindo que as famílias, especialmente as mulheres, articulem o benefício com outras fontes de renda, redes de apoio e serviços públicos frequentemente insuficientes. Atualmente, o *Bolsa Família* garante um valor mínimo de R\$ 600 por família beneficiária, com adicionais que se somam conforme a composição familiar: R\$ 150 por criança de até 6/7 anos, e R\$ 50 por gestante, nutriz ou criança e adolescente entre 7 e 18 anos para cada integrante nessas condições (Brasil, 2024; conforme legislação atual do programa). Esses valores representam uma expansão significativa frente ao início do programa, quando os benefícios variavam de quantias menores e eram menos articulados por faixa etária ou condição familiar, e foram sendo



ajustados ao longo do tempo para garantir um piso mínimo de transferência e complementos voltados à infância e à maternidade

A relação entre o programa e o neoliberalismo manifesta-se justamente nessa configuração. Ainda que o programa tenha sido implementado em um período de ampliação do gasto social, sua estrutura não rompeu com a lógica da focalização herdada dos anos anteriores. O benefício atua como instrumento de contenção da pobreza extrema, sem enfrentar as bases estruturais da desigualdade social, como a precarização do trabalho, a desigualdade de gênero e a insuficiência de políticas universais de saúde, educação, moradia e assistência social (Boschetti, 2018). Dessa maneira, o programa não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um arranjo mais amplo de políticas sociais focalizadas, estruturadas em um contexto de reorganização do Estado brasileiro. Sua importância para a sobrevivência imediata das famílias pobres é inegável, sobretudo ao assegurar recursos mínimos que incidem diretamente sobre a alimentação, a saúde e a permanência escolar. Contudo, seus limites também são evidentes, uma vez que ao operar como política compensatória, o programa não altera as determinações estruturais da pobreza, nem enfrenta a precarização do trabalho ou a desigualdade de gênero discutidas no item anterior. Mas, também é verdade, que sua proposição e objetivo nunca foram esses.

Para compreender as estratégias de resistência das mulheres chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes em ocupações urbanas de Londrina, é necessário situar o programa no interior das determinações estruturais discutidas no item anterior. Demonstrou-se que a pobreza e a desigualdade de gênero se articulam à divisão sexual do trabalho e à forma histórica de organização da produção e da reprodução social. A análise do Bolsa Família, portanto, não se apresenta como deslocamento temático, mas como exame de uma mediação concreta por meio da qual essas determinações incidem diretamente sobre o cotidiano das mulheres investigadas.

Nesse contexto, a centralidade feminina na titularidade do benefício expressa uma configuração ambivalente. O direcionamento preferencial do recurso às mulheres reconhece sua posição na organização da reprodução da vida familiar e garante a elas a administração direta da transferência monetária, incidindo sobre a gestão do orçamento doméstico. Entretanto, essa mesma configuração reforça a responsabilização feminina pela manutenção das condições materiais de existência, deslocando para as mulheres a tarefa cotidiana de administrar recursos limitados. O programa opera como mediação indispensável à sobrevivência imediata, ao mesmo tempo em que mantém inalterada a divisão sexual do trabalho e a estrutura que produz a pobreza. Assim, assegura um mínimo de renda sem modificar a forma histórica de organização da produção e da reprodução social que sustenta as desigualdades enfrentadas pelas mulheres analisadas.



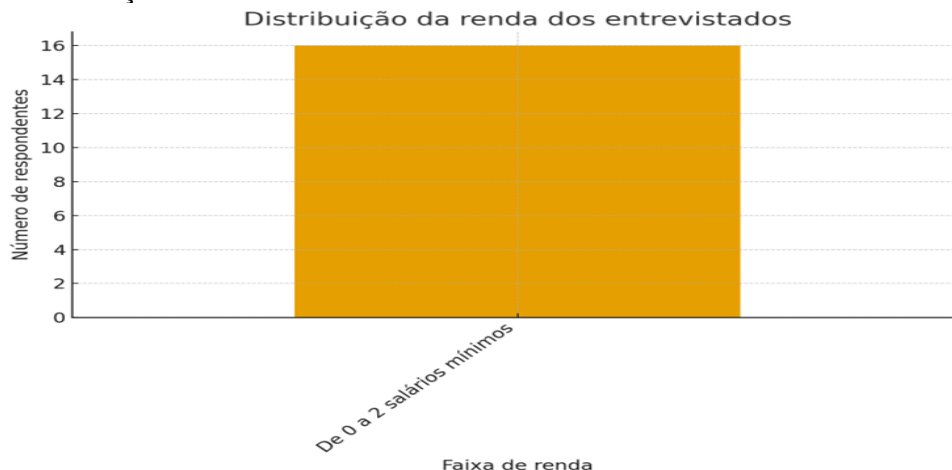
RESULTADOS E DISCUSSÕES: A DESIGUALDADE E AS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

A partir do percurso teórico desenvolvido nos itens anteriores, que situou a pobreza e a desigualdade de gênero como determinações estruturais da forma de organização da produção e da reprodução social no Brasil, e que analisou o Programa Bolsa Família como mediação concreta dessas determinações no cotidiano das mulheres chefes de família, passa-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados. O objetivo consiste em examinar como essas mulheres, residentes em ocupações urbanas de Londrina e beneficiárias do programa, vivenciam suas condições materiais de existência e quais estratégias mobilizam para assegurar a reprodução da vida em contextos de restrição econômica e desproteção social.

A análise dos dados empíricos permite observar de que maneira as categorias discutidas anteriormente — divisão sexual do trabalho, responsabilização feminina, focalização da política social e reprodução da pobreza — se materializam nas trajetórias concretas das entrevistadas. As respostas evidenciam não apenas as limitações impostas pela precarização do trabalho, pela insuficiência da renda e pela sobrecarga do cuidado, mas também as práticas cotidianas por meio das quais essas mulheres organizam a sobrevivência familiar. Trata-se, portanto, de articular a dimensão estrutural às experiências concretas, examinando como as estratégias desenvolvidas no cotidiano se inserem nas condições históricas que produzem a desigualdade social de gênero no município investigado.

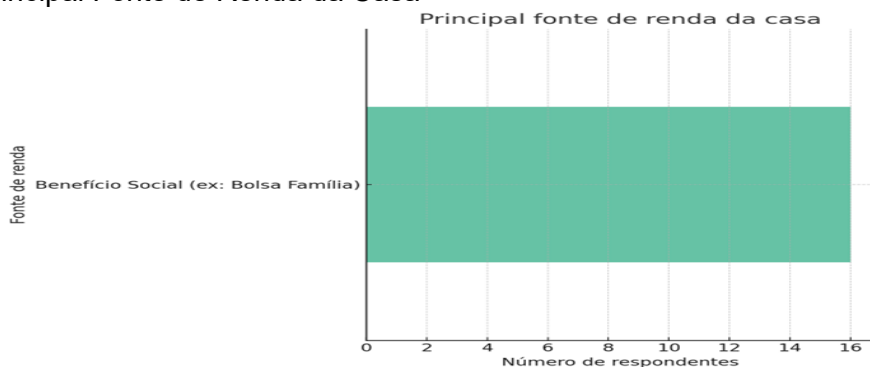
A pesquisa empírica foi realizada no município de Londrina (PR), em agosto de 2025, junto a mulheres chefes de família residentes em ocupações urbanas da cidade e beneficiárias do Programa Bolsa Família. O trabalho de campo ocorreu no âmbito do projeto de extensão e iniciação científica “Gênero e Religião: uma relação conflituosa”, vinculado à Universidade Estadual de Londrina, e teve como objetivo conhecer as condições de vida dessas mulheres e analisar as estratégias mobilizadas para garantir a reprodução cotidiana da vida em contextos de pobreza. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário socioeconômico composto por perguntas abertas e fechadas. O instrumento abordou aspectos relacionados à renda familiar, fontes de sustento, escolaridade, inserção no trabalho, moradia, redes de apoio, religiosidade, suficiência da renda mensal e expectativas em relação ao futuro. A opção pelo uso do questionário justifica-se pela possibilidade de sistematizar informações objetivas sobre as condições materiais de vida, ao mesmo tempo em que permitiu registrar percepções e relatos das próprias entrevistadas sobre seu cotidiano. Participaram da pesquisa 16 mulheres chefes de família, selecionadas a partir da disponibilidade e do interesse em contribuir com o estudo, sendo todas beneficiárias do *Programa Bolsa Família* e residentes em ocupações urbanas. A escolha desse grupo se justificou por compreender que tais condições intensificam.

A partir do Gráfico 1, abaixo, é possível verificar a faixa de renda das entrevistadas.

**Gráfico 1 - Distribuição de Renda das Entrevistadas**

Fonte: Questionário de entrevista (2025).

Segundo o Gráfico 1, observa-se que todas as mulheres entrevistadas possuíam renda inferior a dois salários mínimos, evidenciando a condição de insuficiência material que marca o cotidiano dessas famílias. A concentração das rendas nos estratos mais baixos confirma que se trata de um grupo social fortemente atingido pela pobreza, cuja sobrevivência depende da articulação entre políticas sociais e outras estratégias complementares. Outro fator, possível de ser verificado no Gráfico 2, retrata a principal fonte de renda das entrevistadas:

Gráfico 2 - Principal Fonte de Renda da Casa

Fonte: Questionário de entrevista (2025).

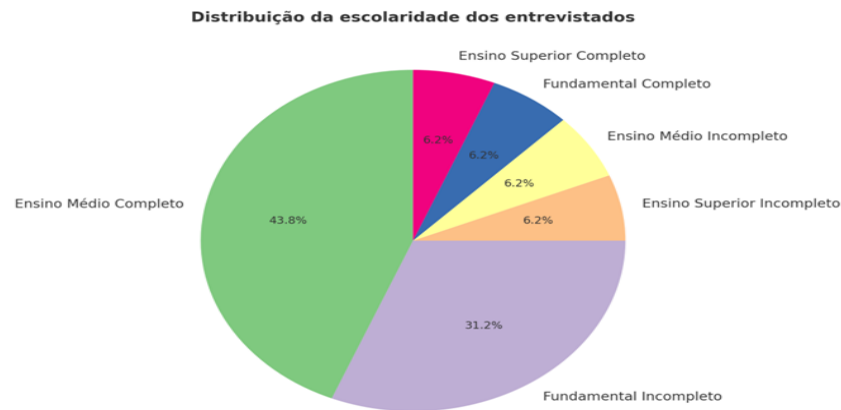
De acordo com o Gráfico 2, o Programa Bolsa Família aparece como a principal fonte de renda das famílias entrevistadas. Esse dado confirma a centralidade da política de transferência monetária na sustentação imediata da vida dessas mulheres e de seus dependentes. Ao mesmo tempo, a dependência do benefício evidencia a ausência de inserção estável no mercado de trabalho e a fragilidade das condições de reprodução da vida, reforçando o caráter complementar e insuficiente da política social.

Os resultados do gráfico 1 bem como do gráfico 2, confirmam tanto a importância da política de transferência de renda como elemento de sustentação imediata, quanto sua insuficiência diante das necessidades concretas da reprodução da vida. Como discutido anteriormente, o benefício garante apenas o mínimo e exige que as beneficiárias busquem estratégias complementares, revelando a contradição entre a centralidade do programa e sua limitação estrutural.



A análise também mostrou que a maioria das entrevistadas concluiu o ensino médio, mas esse nível de escolarização não resultou em inserção no trabalho formal. O Gráfico 3 apresenta a distribuição do nível de escolaridade, evidenciando que 56,3% concluíram o ensino médio, mas que essa conquista não se converteu em possibilidade de ampliação de renda inserção no mercado de trabalho formal.

Gráfico 3 - Escolaridade das Entrevistadas



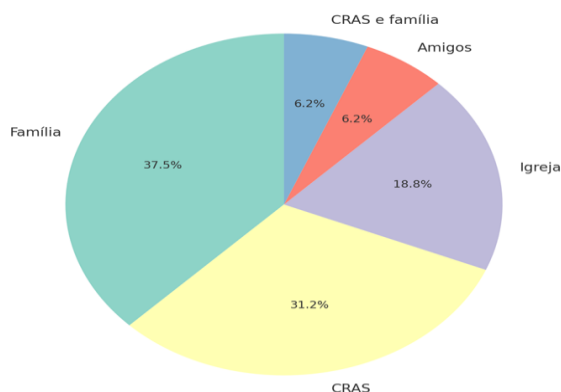
Fonte: Questionário de entrevista (2025).

O Gráfico 3 chama atenção a um aspecto que revela uma contradição: a escolarização, embora importante, não rompe com as barreiras estruturais impostas às mulheres pobres, isso porque não rompe as barreiras estruturais impostas às mulheres pobres, porque essas não se originam apenas da ausência de qualificação, mas da forma como o mercado de trabalho capitalista se organiza de maneira desigual. Mesmo com a conclusão do ensino médio, as mulheres pobres seguem enfrentando restrições relacionadas à divisão sexual do trabalho, à responsabilização pelo cuidado de filhos e familiares e à oferta concentrada de empregos precarizados, geralmente informais e mal remunerados. Essa condição limita a conversão da escolaridade em inserção laboral estável, uma vez que o acesso a postos de trabalho formais permanece condicionado por exigências de disponibilidade de tempo, jornadas extensas e mobilidade territorial, incompatíveis com a realidade das mulheres responsáveis pela reprodução cotidiana da vida (Federici, 2017; Sousa, 2012; Oxfam Brasil, 2024). A ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal e a prevalência do trabalho informal ou do papel de “do lar” reforçam o peso do trabalho reprodutivo e invisibilizado na sustentação da vida. A promessa de mobilidade social associada à educação, nesse contexto, esbarra na estrutura desigual do capitalismo dependente, que mantém as mulheres em posições subordinadas mesmo após conquistas educacionais.

Outro dado relevante diz respeito às redes de apoio. As entrevistadas apontaram o CRAS, igrejas, familiares e vizinhos como referências fundamentais no enfrentamento da pobreza. O Gráfico 4 ilustra os principais aspectos de apoio mencionados, mostrando a centralidade da religiosidade e das relações de amizade.

**Gráfico 4 - Quando Precisam de Algo, Recorrem a Quem?**

Quando precisam de algo, recorrem a quem?



Fonte: Questionário de entrevista (2025).

Essas redes, no entanto, operam no limite entre a solidariedade espontânea e as mediações frágeis com o Estado. A religiosidade, em particular, aparece como elemento central: além de oferecer acolhimento simbólico, garante recursos materiais, como doações e cestas básicas. Isso confirma que, diante da ausência sistemática de políticas universais, instituições religiosas ocupam lugar significativo na reprodução cotidiana da vida, funcionando como espaços de apoio material e emocional.

As estratégias relatadas para lidar com a escassez que se refere à suficiência do dinheiro mensal, os relatos evidenciam a permanência da escassez como marca cotidiana. Nenhuma entrevistada afirmou que a renda é plenamente suficiente; pelo contrário, as respostas apontam para estratégias de sobrevivência fundadas em apoios externos e em ajustes forçados nas prioridades. Muitas mulheres relatam recorrer ao CRAS ou a familiares quando falta comida:

“Tem mês que o dinheiro não é suficiente, daí busco ajuda no CRAS e com familiares”;
m.1
“nunca é suficiente, então vou no CRAS buscar cesta básica e peço ajuda para família”.m.2

Nas falas acima identifica-se que a política pública é importante no momento da escassez, observamos que elas sinalizam para busca de benefícios eventuais, além do Bolsa Família como cesta básica. A rede familiar também assim como as instituições religiosas são apontadas como recursos complementar ao programa bolsa família,

“Vivo do Bolsa Família. Minha filha está sem trabalho. A igreja nos ajuda com comida”.
m.6

Também foi apontado a necessidade de racionar alimentos, renegociar contas ou simplesmente “ficar sem”, revelando que a gestão da pobreza envolve constantes escolhas entre o pagamento de despesas básicas:

“Sempre falta uma conta ou outra, então deixo água ou luz para o próximo mês e priorizo o que precisa no momento”. m3

Em alguns casos, as entrevistadas mencionaram a realização de trabalhos eventuais, como diárias ou reciclagem, para complementar a renda e cobrir necessidades imediatas. Esse



conjunto de práticas demonstra que a sobrevivência é organizada em torno de redes de solidariedade e estratégias que exigem conhecimentos que a própria vida cotidiana exige e ensina, como fazer a gestão das contas, estabelecer prioridades, e saber a quem recorrer em caso de necessidade, confirmando a centralidade da resistência cotidiana na vida dessas mulheres.

Quanto aos desejos para que a vida fique melhor, as respostas revelam tanto expectativas materiais quanto simbólicas, expressando uma insatisfação às condições atuais de vida. O desejo por emprego aparece de forma recorrente:

“Espero ter mais trabalho fixo”; m1
“Desejo conseguir emprego”; m4

A busca por estabilidade também se relaciona ao futuro dos filhos, como expressou uma entrevistada:

“Ver minhas três filhas crescer e fazer faculdade e ter uma vida melhor do que dou pra elas”. m9

A fala acima nos indica a valorização da escolaridade e a esperança que as filhas possam romper com o ciclo de pobreza. Esse desejo pode significar esperança embora apareça firme a crítica que ela não oferece uma boa vida às filhas.

Aliada a questão do emprego a moradia surge como outra dimensão fundamental:

“Minha casa própria”; m2
“Sim, reforma da minha casa”; m8
“Estou esperando a regularização e também rezo por emprego para minha filha”m11

A moradia e o trabalho são ambos elementos que trazem o valor da estabilidade, e da possibilidade de vida melhor enquanto cidadão. Essa dimensão de ser considerado uma cidadã também é trazida:

“Ter mais respeito e dignidade na área de trabalho”.m11

Esse desejo certamente é muito representativo pois revela que não basta ter trabalho, mas é preciso ser respeitada o que se configura um desafio para a mulher dentro do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Isso mostra ainda que as mulheres não apenas administram a escassez, mas projetam alternativas e afirmam expectativas de mudança. O anseio por moradia adequada, trabalho estável e respeito social demonstra que a resistência não se limita ao presente, mas incorpora também a recusa à naturalização da precariedade como destino.

Os relatos evidenciam que a vida dessas chefes de família em ocupações urbanas de Londrina é organizada por contradições permanentes. A renda insuficiente, o número insuficiente de serviços públicos e a dependência de políticas focalizadas se combinam com redes comunitárias, solidariedade de vizinhança, apoio religioso e a busca por reconhecimento explicitada nos desejos coletados. O cotidiano não se reduz à adaptação à escassez: ele articula práticas de gestão da pobreza a arranjos coletivos de sustentação da vida. Em termos empíricos, os dados mostram que, mesmo sob condições adversas, a reprodução social se apoia em mediações



concretas - CRAS, igrejas, parentes e amigos - que funcionam como infraestrutura prática da resistência no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que as estratégias de resistência cotidiana elaboradas por essas mulheres estão vinculadas às condições estruturais da pobreza e à divisão sexual do trabalho. A feminização da pobreza em contextos de crise transfere para as mulheres a responsabilidade de gerir a sobrevivência, ao mesmo tempo em que as expõe de forma mais intensa à desproteção social.

Os resultados confirmam esse diagnóstico: a renda insuficiente, a ausência de trabalho formal e a sobrecarga reprodutiva configuram um cenário em que o cotidiano é marcado pela escassez, mas também pela invenção de práticas coletivas de enfrentamento. Embora a escolarização tenha avançado entre as participantes, esse fator não foi suficiente para assegurar inserção laboral, evidenciando o que Federici (2017) identifica como permanência da exploração do trabalho feminino em formas invisibilizadas e não remuneradas. O peso do trabalho doméstico e de cuidado, como destaca a Oxfam Brasil (2024), continua a recair majoritariamente sobre as mulheres, reafirmando que a desigualdade de gênero segue sendo estruturante na reprodução da vida social.

A presença das redes de apoio — familiares, amigos, igrejas e o próprio CRAS — confirma o que Scott (2002) denomina formas difusas de resistência, no qual práticas, ainda que silenciosas e fragmentadas, reorganizam os limites da sobrevivência e produzem alternativas coletivas no interior da precariedade. E como lembra José Paulo Netto e Maria do Carmo Brant de Carvalho (2012), o cotidiano deve ser entendido como categoria crítica, pois nele se reproduz a dominação capitalista de maneira silenciosa, mas também emergem as mediações pelas quais sujeitos subalternizados constroem práticas de crítica e resistência.

Os dados mostram que, diante de uma renda insuficiente e da centralidade do Bolsa Família como fonte principal de sustento, a continuidade material da vida cotidiana depende de práticas repetidas e organizadas no dia a dia. As entrevistadas relataram recorrer ao CRAS para acesso a benefícios eventuais, como cesta básica, acionar familiares e vizinhos quando falta alimento, buscar apoio em instituições religiosas para obtenção de doações e, em alguns casos, realizar trabalhos eventuais para complementar a renda. As falas que mencionam “buscar ajuda no CRAS e com familiares”, “ir no CRAS buscar cesta básica” e “a igreja nos ajuda com comida” mostram que a manutenção da alimentação e das necessidades imediatas foi mediada por redes acionadas de forma recorrente, e não por uma fonte de renda suficiente. Além disso, os relatos de priorização de contas, adiamento de pagamentos e racionamento de consumo (“deixo água ou luz para o próximo mês e priorizo o que precisa no momento”) demonstram que a sobrevivência foi produzida por decisões práticas que reorganizam a escassez, e não pela estabilidade do orçamento. Por fim, quando as entrevistadas formularam desejos de “trabalho fixo”, “conseguir emprego”, “casa própria”, “reforma da casa” e “regularização”, elas vinculam



diretamente a melhoria das condições de vida à obtenção de renda regular e moradia, o que confirma que as práticas descritas anteriormente operaram como mediações para sustentar o cotidiano no presente, ao mesmo tempo em que mantiveram a possibilidade material de projetar o futuro.

Com isso em vista, entende-se que ser mulher em situação de pobreza em Londrina pode significar carregar o peso da reprodução da vida em condições adversas, mas também construir formas silenciosas e coletivas de resistência. Essa pesquisa, trouxe uma primeira aproximação ao entendimento de como, em territórios precarizados, a reprodução social depende de práticas enraizadas no cotidiano que tensionam os limites impostos pelo capital, na garantia de direitos e políticas públicas. Ao mostrar que o cotidiano é simultaneamente espaço de dominação e de crítica, reafirma-se que a resistência das mulheres pobres não é extraordinária, mas uma prática histórica e permanente de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional para as Mulheres**. Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/temas/politica-para-mulheres>. Acesso em: 12 set. 2025.

CRESS-RJ - Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. **A pobreza tem rosto de mulher**. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/118.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Rome: FAO, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho e pandemia: informalidade e desigualdade**. Brasília: IPEA, 2022.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OXFAM BRASIL. **Mulheres contra a desigualdade**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024.

SCOTT, James C. **Dominação e as artes da resistência**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, Roberta Menezes de. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 10., Florianópolis: UFSC, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso revisitada: desigualdades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2023